

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg

CNIg/II/2007

Ata

1 Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e sete, às dez horas, na sala
2 545, do Ministério do Trabalho e Emprego, esteve reunido o Conselho Nacional
3 de Imigração, inicialmente, para a Cerimônia de transmissão do cargo de
4 Presidente do Conselho Nacional de Imigração. Sua Excelência, o senhor
5 Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, no uso de suas
6 atribuições, assinou o ato simbólico de transmissão do cargo de Presidente do
7 Conselho Nacional de Imigração ao senhor Paulo Sérgio de Almeida, nomeado
8 pela Portaria GM nº 35, de 14 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da
9 União de 16 de março de 2007, seção 2, página 37. Oportunamente, o senhor
10 Nilton Freitas, Presidente do Conselho Nacional de Imigração no período de
11 fevereiro de 2004 a março de 2007, assim se manifestou: *“Senhor Ministro,
12 Conselheiros e Conselheiras, meus colegas do Ministério do Trabalho, da
13 Coordenação do Conselho, da Secretaria Técnica do Conselho, da Assessoria
14 Internacional do Ministério, meus amigos observadores do Conselho Nacional
15 de Imigração, gostaria de agradecer, neste momento especial em que
16 encerramos um período de trabalho de três anos à frente do Conselho Nacional
17 de Imigração, numa posição confiada a nós pelo Ministro do Trabalho e
18 Emprego, nosso companheiro Luiz Marinho. Agradecer, também, a
19 contribuição, a colaboração que tivemos de todos os membros do Conselho, os
20 observadores, os interlocutores da sociedade, que nesse período nós
21 envolvemos nos trabalhos do Conselho quando tratamos de assuntos
22 associados àqueles setores, àqueles áreas, resultado num trabalho que eu
23 acredito, e faço isso não por mero exercício de crença ou de observação neste
24 momento [...], que a partir do momento que definimos muito claramente uma
25 política migratória, um objetivo, um foco, um caminho, que foi, como todos se
26 recordam, priorizar a geração de trabalho, emprego e renda para brasileiros,
27 proteção da mão-de-obra nacional, ao tempo em que buscávamos também
28 permitir viabilizar, agilizar a entrada de estrangeiros para a assistência técnica,*

29 para a cooperação, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a
30 reunião familiar, para o desenvolvimento social do país, eu acredito que
31 fizemos uma Política Imigratória bastante equilibrada. Eu acho que o contexto
32 da situação da migração internacional no mundo de hoje, uma situação muito
33 delicada, explosiva em alguns momentos, e bastante pertinente frente à
34 globalização, que viabiliza o fluxo de mercadorias, fluxo de capital financeiro e
35 impõe restrições para o fluxo de pessoas, este Conselho conseguiu, no meu
36 modo de ver, fazer uma política que equilibrasse essa situação global
37 contemporânea, que preservasse o histórico, porque temos que respeitar a
38 institucionalidade, a cultura brasileira nessa questão da migração. [...] Eu acho
39 que nós conseguimos fazer, desenvolver, revisamos todas as resoluções
40 normativas do período anterior, o Ministro acompanhou esse processo,
41 focamos no resultado, não apenas nas normas por si só, naquela coisa do
42 Estado tradicional, de normatizar, de impor a sua presença perante os atores
43 sociais, nós fizemos um processo de diálogo, de construção, e focado no
44 resultado. O nosso objetivo sempre foi desenvolver alguns setores, como
45 fizemos com navios de turismo, por exemplo, como fizemos com o investimento
46 de pessoas físicas na orla brasileira, principalmente no Nordeste. Nós geramos
47 milhares de empregos através das nossas medidas, que era aquele objetivo e
48 o resultado a que nós nos propúnhamos. Então, acho que agora, no segundo
49 mandato do Presidente Lula, consta do seu Programa de Governo um novo
50 desafio para este Conselho. Acho que é esta agora a pauta, a agenda que se
51 apresenta para todos nós, membros do Conselho, observadores, apoiadores,
52 pessoas que interagem com o Conselho, ou que são, aonde quer que estejam,
53 preocupadas com a política migratória. Eu me coloco, agora, nessa posição, da
54 pessoa que, com muita honra, com muito prazer, transmite a Presidência do
55 Conselho para o Paulo Sérgio, que já nos acompanha há um ano e meio, e
56 está sempre atento e preocupado e continuando a estudar a questão da
57 política migratória, entendendo a importância que ela tem para o
58 desenvolvimento do país. Eu atribuo esse resultado a todo um trabalho
59 conjunto aqui. Aprendi muito com cada um dos Conselheiros, os mais
60 experientes, mais antigos, ou mesmo aqueles que trouxeram pontos de vista
61 do seu setor, da sua atividade, do seu sindicato, da sua área empresarial, do
62 setor social que representa. Então, quero, por fim, agradecer a todos vocês,
63 desejar sucesso ao Paulo Sérgio na condução do Conselho, e a todos vocês,
64 neste novo mandato. E agradecer uma vez mais ao Ministro Luiz Marinho, pela
65 confiança que depositou em todos nós nesse período. Obrigado”. Após a
66 manifestação do Dr. Nilton Freitas, fez uso da palavra o Dr. Paulo Sérgio de
67 Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração, nestas palavras:
68 “Muito bom dia a todos e a todas. Excelentíssimo senhor Ministro Luiz Marinho,
69 senhores Conselheiros e Conselheiras, aqui representando governo,
70 trabalhadores e empregadores, Dr. Nilton Freitas, meus colegas observadores
71 de instituições que estão aqui presentes, senhoras e senhores, em primeiro
72 lugar eu gostaria de agradecer a confiança que em mim foi depositada pelo
73 Ministro Luiz Marinho, ao me honrar com essa nomeação à Presidência do
74 Conselho Nacional de Imigração. É uma honra muito grande para mim, mas,
75 também gostaria de agradecer a todos aqueles que acreditaram e acreditam no
76 meu trabalho, esperando atender à expectativa, que também é grande. É com

77 *muita alegria e determinação que assumo esse desafio, sabendo das*
78 *responsabilidades que representam a Presidência do Conselho. Nesse curto*
79 *período em que tenho convivido com os Conselheiros e Conselheiras, com os*
80 *observadores, com as pessoas que participam das reuniões do Conselho,*
81 *aprendi muito e, principalmente, aprendi a respeitar este Conselho, aprendi a*
82 *respeitar e admirar os Conselheiros. Sei que há uma imensa diferença entre o*
83 *que representa a Presidência do Conselho e o papel que venho*
84 *desempenhando à frente da Coordenação Geral de Imigração. Trata-se de*
85 *funções inteiramente distintas, e saberei respeitar essas diferenças. O*
86 *Conselho tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social*
87 *de nosso país: a expansão dos negócios e, principalmente, a geração de*
88 *trabalho, emprego e renda para brasileiros, e o respeito e proteção à mão-de-*
89 *obra nacional. E o Conselho tem cumprido essa função com muito equilíbrio,*
90 *assegurando o ingresso de investimento, mas, ao mesmo tempo protegendo e*
91 *respeitando a nossa mão-de-obra. E acho que assim é que deve ser. A gestão*
92 *do Dr. Nilton Freitas teve um destaque especial nesse contexto. Com muito*
93 *equilíbrio e com muito conhecimento soube modernizar esse arcabouço*
94 *normativo, visto que temos hoje as resoluções totalmente modernizadas, e*
95 *trouxe uma grande respeitabilidade a este Conselho. Nas conversas que tenho*
96 *com os Conselheiros, talvez hoje estejamos num ponto muito alto de*
97 *respeitabilidade. Temos hoje normas mais claras, menos burocráticas, mais*
98 *precisas e focadas na geração de trabalho, emprego e renda para brasileiros,*
99 *através da grande contribuição trazida pelos estrangeiros. Novos desafios,*
100 *entretanto, estão a nossa frente. Temos hoje um novo contexto com as*
101 *migrações, assumindo relevância mundial para o desenvolvimento dos povos,*
102 *mas, também, causando perplexidade e mudando a forma com que os países*
103 *tradicionalmente vêm tratando desse tema. As migrações não se resumem*
104 *mais numa discussão de fronteiras. Há hoje uma abordagem multidisciplinar e*
105 *este Conselho representa essa abordagem. As pessoas migram porque*
106 *buscam oportunidades, porque necessitam trabalhar. São, em sua maioria,*
107 *trabalhadores migrantes. O tema trabalho está no centro da atual discussão.*
108 *Modernamente, migração e trabalho estão intimamente relacionados. Outra*
109 *importante questão que merece destaque é o respeito aos direitos humanos*
110 *dos migrantes, pois não há desenvolvimento verdadeiro se não houver respeito*
111 *às pessoas que os promovem. Os migrantes não perdem sua condição de*
112 *pessoa humana, em razão de uma irregularidade migratória. Não há crime. Há*
113 *uma infração administrativa. E isso não pode embasar um tratamento*
114 *desumano ou indigno a qualquer migrante. No Brasil isso não é diferente,*
115 *porque temos hoje cerca de 3,5 milhões de brasileiros vivendo e trabalhando*
116 *no exterior, que representa mais de três vezes o número de estrangeiros que*
117 *se estima viver no Brasil. Essas comunidades de brasileiros, senhores,*
118 *necessitam da atenção do Estado Brasileiro. O Estado Brasileiro deve buscar*
119 *proporcionar o bem-estar a essas pessoas, ainda que no exterior. Temos,*
120 *ainda, um importante número de estrangeiros em situação migratória irregular*
121 *no Brasil, muitos oriundos de países sul americanos, com os quais o Brasil*
122 *mantém compromisso de integração. Esses cidadãos estrangeiros não podem*
123 *ter seus direitos humanos desrespeitados. O Conselho já deu importantes*
124 *passos para a solução de alguns desses problemas, como a Resolução*

125 *Recomendada nº. 06, de junho de 2005, que proporcionou o acordo entre*
126 *Brasil e Bolívia, mas, muito ainda precisa ser feito. Nesse sentido, a reforma na*
127 *atual legislação migratória, denominada Estatuto do Estrangeiros, que data de*
128 *1980, que foi construída ainda no Regime de Exceção, e com foco na*
129 *Segurança Nacional, deve ser prioritário. E o Conselho deve continuar a dar a*
130 *sua contribuição nesse processo de mudança. São grandes os desafios. O*
131 *Conselho deve continuar dando a sua contribuição, mas, para isso, deve*
132 *aprimorar-se. Reformas são necessárias para enfrentar esses e outros desafios*
133 *que se apresentam, porém, posso dizer para os senhores que poucos países*
134 *do mundo têm o privilégio de ter a sua política migratória construída de mãos*
135 *dadas com a sociedade. E esta é uma grande vantagem deste Conselho.*
136 *Conto com o apoio de todos, no meu Ministério, no meu Ministro, nos nossos*
137 *Conselheiros, na Coordenação de Apoio e de todos aqueles que participam do*
138 *Conselho. Muito obrigado a todos”. Para o encerramento do ato, sua*
139 *Excelência, o senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Luiz Marinho,*
140 *assim se pronunciou: “ Quero cumprimentar carinhosamente cada companheiro*
141 *aqui presente. Quero cumprimentar o Nilton, o Paulo Sérgio, dizer que o*
142 *Conselho tem um papel importantíssimo e tem cumprido o seu papel, a sua*
143 *tarefa. Eu sou testemunha disso. Quero agradecer, Nilton, o teu empenho e o*
144 *desempenho frente à Presidência do Conselho, e desejar muita sorte ao Paulo*
145 *Sérgio ao assumir no dia de hoje. Agradecer a colaboração de cada um de*
146 *vocês. Eu estou meio que de despedida do Ministério do Trabalho e Emprego,*
147 *por uma determinação do Presidente, para cumprir uma outra tarefa, que deve*
148 *se consolidar no dia de hoje. Vou mudar de andar no prédio. Mas, quero aqui,*
149 *neste dia, agradecer a participação de trabalhadores e empregadores, dos*
150 *companheiros de governo dos vários Ministérios que compõem o Conselho,*
151 *dizer que o Conselho tem respondido à expectativa de governo. E mais*
152 *importante que isso, da sociedade brasileira. Nós trabalhamos aqui um tema*
153 *importante e sensível ao mesmo tempo [...]. Nós estamos participando do*
154 *momento da vida do país e do mundo, com a globalização presente mais do*
155 *que nunca e de forma irrefutável, na discussão que muitas vezes em que nós*
156 *nos pegamos: Vamos ou não vamos importar mão-de-obra? Vamos ou não*
157 *vamos exportar mão-de-obra? E, na verdade, de forma especial, os*
158 *investimentos ocorridos no Brasil e o papel da China nesse processo, e todo*
159 *debate se vamos importar mão-de-obra chinesa, enquanto temos uma*
160 *demanda gritante para gerar emprego no Brasil. É evidente que não podemos*
161 *nos isolar do mundo e não estamos fazendo isso. Nós estamos construindo*
162 *uma legislação que protege os interesses do povo brasileiros, dos*
163 *trabalhadores brasileiros, dos empresários brasileiros. Isso é importantíssimo.*
164 *Mas, muitas vezes o interesse econômico tenta passar por cima desses*
165 *interesses da sociedade. E nós aqui temos que cuidar para que preservemos o*
166 *interesse legítimo dos trabalhadores, trabalhadoras e, particularmente, da*
167 *sociedade brasileira. Acho que é disso que se trata e, nesse sentido, eu quero*
168 *agradecer cada um de vocês, no papel que vocês têm desenvolvido frente ao*
169 *Conselho. Agradecer o Nilton pelo empenho e certamente o Paulo poderá*
170 *contar com a colaboração do Nilton, certamente contará com a colaboração de*
171 *todos vocês, assim como o Nilton contou. Quero, acima de tudo, Paulo, desejar*
172 *boa sorte. Você tem demonstrado competência, condições de substituir o Nilton*

173 *na tarefa que fez com tanta competência, ao longo do período em que ficou*
174 *frente à Presidência do Conselho. No mais, agradecer a colaboração de todos*
175 *vocês. Muito obrigado, tenham boa sorte. Um forte abraço e fiquem com Deus”.*
176 **01. Abertura:** O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, Paulo Sérgio
177 de Almeida, declarou aberta Segunda Reunião do Conselho Nacional de
178 Imigração do ano de 2007, à qual estiveram presentes os seguintes
179 Conselheiros: Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), Ralph Peter Henderson
180 (MRE), Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA), Maurício Lucena do Val
181 (MDIC), Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), Nielsen de Paula Pires (ME),
182 José Ribamar Dantas (CGTB), Danilo Nolasco Cortes Marinho (SDS), Christina
183 Aires Correa Lima (CNI), Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto
184 (CNC), Adriana Giuntini (CNT), Marilena Moraes Barbosa Funari (CNF) e
185 Roque de Barros Laraia (SBPC). O Presidente reforçou o que havia dito em
186 suas palavras iniciais, que o Conselho não existiria sem os seus Conselheiros,
187 e reiterou a disposição da presidência em trabalhar de forma equilibrada com
188 todos os Conselheiros, respeitando os interesses de trabalhadores,
189 empregadores e governo, de forma a que as decisões do Conselho sejam
190 tomadas de maneira harmônica e, sempre que possível, atendidos os
191 interesses de todas as representações. Manifestou, ainda, a sua disposição em
192 ouvir, dialogar e aprender com cada Conselheiro do CNIg. **02. Aprovação da**
193 **Agenda Provisória:** O Presidente comentou que a Agenda Provisória proposta
194 contemplava os itens que já estavam previstos para serem discutidos na
195 reunião que deveria ter sido realizada no início de março do corrente ano,
196 agregando, apenas, em Assuntos Gerais, item referente à análise da Ordem de
197 Serviço nº 02/2007, da Coordenação Geral de Imigração. Dessa forma, ficara a
198 Agenda Provisória com o seguinte teor: 01. Abertura; 02. Aprovação da Agenda
199 Provisória; 03. Aprovação da Ata da Reunião CNIg/I/2007; 04. Assuntos
200 Diversos: - Informação pelo Conselheiro Marcus Vinícius Quito sobre a reunião
201 do CNIg com a Secretária Executiva do CNS; - Análise da Ordem de Serviço
202 nº. 02/2007 da CGIg; 05. Apresentação de relatório do GT constituído para
203 apreciar os textos da Convenção 143 e da Recomendação 151, ambas da OIT,
204 para apresentação de parecer à CTRI (Conselheiro Rinaldo Gonçalves de
205 Almeida); 06. Proposta de constituição de GT para revisão e atualização do
206 regimento interno do CNIg; 07. Proposta de constituição de GT para estudos de
207 viabilidade de edição de Resolução para tratar de autorização de trabalho a
208 atleta profissional, definido em lei, apresentada pelo coordenador do CNIg,
209 Aldo Cândido Costa Filho; e 08. Processos a serem relatados. Colocada em
210 apreciação, foi aprovada a agenda provisória proposta, sendo acrescido item
211 referente à visita técnica feita por grupo de Conselheiros a um navio de
212 cruzeiro que opera em águas brasileiras, a pedido da Conselheira Marjolaine
213 Bernadete J. T. do Canto (CNC). **03. Aprovação da Ata da Reunião**
214 **CNIg/I/2007:** Submetida aos Conselheiros, foi considerada aprovada a ata da
215 Reunião CNIg/I/2007. **04. Assuntos Diversos: 1) Visita técnica a navio de**
216 **cruzeiro marítimo, objetivando as condições de trabalho a bordo:** O
217 Presidente cedeu a palavra à Conselheira Marjolaine Bernadete J. T. do Canto
218 (CNC), para fazer o relato sobre a visita técnica ocorrida, contudo, esta
219 entendeu que seria de maior proveito se os Conselheiros que participaram da
220 visita fizessem o relato. O Conselheiro José Ribamar Dantas (CGTB), que

221 participara da referida visita técnica, informou que a embarcação visitada
222 comportava dois mil e oitocentos passageiros, atendidos por uma tripulação de
223 setecentos e trinta pessoas, de trinta e cinco nacionalidades diferentes, sendo
224 cento e trinta brasileiros. Acrescentou que, apesar de terem os trabalhadores a
225 bordo uma carga horária de trabalho de onze a doze horas diárias e estarem
226 submetidos às condições espartanas de trabalho, os salários recebidos
227 estavam em torno de dois mil dólares. Concluindo, observou que falta
228 investimento brasileiro no setor, não só em termos de embarcações, mas,
229 também, no que se refere à infra-estrutura dos portos brasileiros.
230 Complementando, a Conselheira Christina Aires C. Lima (CNI), observou que
231 as embarcações de cruzeiro também geravam diversos empregos indiretos,
232 citando o exemplo das agências de turismo, que movimentam a economia por
233 todo o país. O Conselheiro Raimundo Nonato Araújo (MAPA) comentou que a
234 visita proporcionara aos Conselheiros a verificação *in loco* das condições de
235 trabalho dentro do navio, inclusive, da questão da empregabilidade de
236 brasileiros, uma vez que o número de brasileiros contratados era superior aos
237 vinte e cinco por cento previstos na resolução do Conselho Nacional de
238 Imigração. Manifestou, também, a sua impressão quanto à precariedade dos
239 portos brasileiros, considerando-os inadequados para receber turistas. A
240 Conselheira Marjolaine Bernadete J. T. do Canto (CNC) disse que fora
241 externado pelo diretor da embarcação, inclusive, à representante do SENAC
242 que estava presente à visita, que havia interesse em contratar mão-de-obra
243 brasileira, não só para operar no Brasil, mas, também no exterior. Contudo, por
244 vezes, ao final da temporada, mais de 60% de trabalhadores desciam do navio,
245 com saudade de casa. O Conselheiro Rinaldo Gonçalves de Almeida
246 apresentou planilha de estudos elaborada pela FIP, feito para a ABRAMAR,
247 que trouxe uma informação de que 90% dos turistas desses navios são
248 brasileiros. Por outro lado, um outro estudo feito pela UNICAMP, pelo Centro
249 de Gestão e Estudos Estratégicos, encaminhando para o Ministério do
250 Turismo, enfatizou exatamente essa questão: ao lado de uma enorme
251 oportunidade, os obstáculos estariam concentrados dentro da desorganização
252 da estrutura portuária e das carências nesse setor. Relatou, por fim, que a
253 Unidade Especial de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário da
254 Secretaria de Inspeção do Trabalho, que atua no Rio, durante a temporada,
255 acompanhou o maior número de navios possíveis que estavam aportando e
256 saindo do porto do Rio de Janeiro. Disse que com surpresa e satisfação, um
257 dos navios conseguiu 88% de mão-de-obra nacional na tripulação, em todas as
258 funções. Afirmou ainda ser fundamental que o representante do Ministério do
259 Turismo seja ouvido. O Dr. Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg,
260 considerou o resultado da Visita Técnica excelente. Enfatizou que o Conselho
261 está o tempo todo atento às mudanças de contexto, podendo rever as suas
262 normas. Por outro lado, esse é um setor que nos últimos anos teve muitas
263 modificações, o não é muito bom, porque as regras ficam instáveis. Disse que
264 a Resolução 71 traz uma flexibilidade importante, porque prevê que caso a
265 empresa não consiga contratar aquele número de brasileiros, pode solicitar
266 uma extensão de prazo. **2)** O Presidente, Paulo Sérgio de Almeida, propôs
267 alteração nas datas de reunião, em função da última reunião de 2007, prevista
268 para o dia 19 de dezembro e, também, do adiamento da reunião de março,

269 prevista para o início do mês, realizada apenas na presente data. Nesse
270 sentido, apresentou a seguinte proposta de calendário: 17 de abril, 15 de maio,
271 14 de junho, 10 de julho, 14 de agosto, 11 de setembro, 16 de outubro, 20 de
272 novembro e 19 de dezembro. Conselheiro Ribamar sugeriu o dia 22 ao invés
273 do dia 15 de maio. Após as discussões, decidiram postergar a aprovação do
274 novo calendário, ficando confirmada a reunião do dia 17 de abril. Conselheiro
275 José Ribamar Dantas (CGTb), observando a grande quantidade de processos
276 a serem analisados com base na Resolução Administrativa nº 05/2003, sugeriu
277 que o Conselho adotasse nova dinâmica de distribuição de processos, de
278 forma que aqueles em que os pedidos estiverem devidamente instruídos, não
279 precisassem ser relatados em Plenário, sendo analisados pela Secretaria do
280 CNIg. Os Conselheiros Ralph Peter Henderson e Christina Aires C. Lima
281 manifestaram preocupação quanto à documentação utilizada para a
282 comprovação da união estável, sugerindo que os processos mais duvidosos e
283 que contivessem documentação acessória para a comprovação da união
284 fossem acolhidos e encaminhados para análise dos Conselheiros. Após as
285 discussões, foi decidido que na próxima reunião do Conselho Nacional de
286 Imigração seria analisada a criação de Grupo de Trabalho para revisão da RA
287 nº 5/2003. **03) Informação pelo Conselheiro Marcus Vinícius Quito sobre a**
288 **reunião do CNIg com a Secretária Executiva do CNS:** Item adiado para a
289 próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **04) Análise da Ordem**
290 **de Serviço nº 02/07 da CGIg:** O Presidente, Paulo Sérgio de Almeida,
291 explicou que houvera, durante o intervalo de reuniões do Conselho Nacional de
292 Imigração, necessidade da Coordenação Geral de Imigração estabelecer
293 interpretação sobre o Art. 8º, da Resolução Normativa nº 74, o qual vedava a
294 concessão de nova autorização de trabalho ao mesmo estrangeiro, em relação
295 à mesma empresa, no noventa dias subseqüentes a uma autorização interior,
296 já que ocorrera problemas com empresas que trouxeram estrangeiros ao Brasil
297 com base na RN 61. Objetivando uma solução até que ocorresse nova reunião
298 do Conselho Nacional de Imigração, a Coordenação Geral de Imigração
299 publicou a Ordem de Serviço nº 02/2007, de 13 de março de 2007, *ad*
300 *referendum* do Conselho, após consultar alguns Conselheiros representantes
301 das três bancadas. Conselheiro Maurício do Val (MDIC) parabenizou a
302 agilidade da Coordenação Geral de Imigração na busca de solução satisfatória
303 para as empresas envolvidas no problema e propôs que o CNIg referendasse a
304 Ordem de Serviço nº 02/2007, mas que essa interpretação deveria levar a uma
305 alteração ao art. 8º da RN 74. Conselheiro Ralph Peter Henderson (MRE) disse
306 que realmente fazia-se necessária a alteração do referido artigo, sugerindo que
307 a Resolução Normativa nº 74 fosse republicada, com a alteração de seu Artigo
308 8º. A Conselheira Cristina Ayres C. Lima (CNI) reafirmou as palavras dos
309 Conselheiros Maurício e Ralph e ressaltou a presteza e a inteligência como foi
310 feita essa ordem de serviço e, principalmente, pela visão de não impedir os
311 negócios dos empregadores que estão no Brasil investindo. Afirmou que
312 situações como essa não podem esperar uma reunião do Conselho e a
313 Coordenação Geral de Imigração tem essa legitimidade. Afirmou ter sido um
314 ótimo exemplo, pois teve a gentileza de fazer isso ouvindo alguns
315 Conselheiros. Após as discussões, o Plenário do CNIg referendou a Ordem de
316 Serviço nº 02/2007, de 13 de março de 2007 e solicitou a Secretaria que

317 elaborasse proposta de Resolução alterando o artigo 8º da RN 74, para que o
318 mesmo refletisse o entendimento da Ordem de Serviço 2/2007, a ser
319 apresentada ao plenário na próxima reunião do Conselho. **05) Apresentação**
320 **de relatório do GT constituído para apreciar os textos da Convenção 143 e**
321 **da Recomendação 151, ambas da OIT, para apresentação de parecer à**
322 **CTRI:** Conselheiro José Ribamar Dantas (CGTB) fez o relato das discussões
323 do Grupo de Trabalho, informando aos Conselheiros que a Convenção nº 143,
324 da OIT, era composta de duas partes, havendo a possibilidade de ratificação
325 de ambas ou de apenas uma das partes da referida Convenção. Disse que a
326 primeira parte penalizava o imigrante ilegal e, inclusive, àquele que ajudava o
327 imigrante ilegal, portanto, o Grupo entendera que o Brasil não deveria ratificar o
328 texto da parte I da Convenção nº 143. Por outro lado, observou que a Parte II
329 da referida Convenção se referia a uma série de benefícios e obrigações aos
330 imigrantes residentes no Brasil, pelo governo brasileiro, estando a maioria
331 desses benefícios e obrigações sendo já atendidos pelo país atualmente.
332 Dessa forma, o Grupo de Trabalho sugeria a ratificação apenas da Parte II da
333 Convenção nº 143, da OIT, pelo governo brasileiro. Em relação à
334 recomendação nº 151, também da OIT, disse que o grupo de trabalho, após a
335 análise do texto, opinava pela não ratificação da referida recomendação. Este
336 posicionamento está consignado em Nota Informativa apresentada ao plenário.
337 O Presidente, Paulo Sérgio de Almeida, informou que o Brasil sempre defendia
338 posições contrárias à criminalização da irregularidade migratória em diversos
339 fóruns internacionais. A Conselheira Christina Aires C. Lima (CNI) manifestou
340 preocupação quanto ao item que tratava sobre medidas para estimular os
341 esforços dos trabalhadores e suas famílias, para preservar a identidade cultural
342 com o seu país de origem, incluindo a possibilidade de seus filhos receberem
343 ensino na sua língua materna. A Conselheira observou que seria um ônus e
344 uma responsabilidade muito grande para o governo brasileiro, que não
345 consegue ainda suprir as necessidades básicas educacionais da população. O
346 senhor Rodrigo Pena, da OIT, considerou que o referido item, quando
347 traduzido, poderia dar a impressão de obrigatoriedade ao governo brasileiro,
348 contudo, na língua inglesa o texto expressava a intenção de estimular “algum
349 conhecimento” na língua materna, para os filhos de imigrantes no Brasil. E, no
350 sentido de esclarecer, o senhor Rodrigo Pena (OIT) comprometeu-se a
351 encaminhar ao Conselho Nacional de Imigração um parecer de Genebra sobre
352 o entendimento em relação a esse artigo. Decidiram, então, que após o
353 encaminhamento do parecer da OIT, os Conselheiros seriam consultados pela
354 Secretaria sobre este ponto da Nota Informativa apresentada, decidindo pela
355 aprovação da Nota Informativa (anexada), com a eventual ressalva do
356 parágrafo que estaria sujeito à resposta da OIT. **06. Proposta de constituição**
357 **de GT para revisão e atualização do regimento interno do CNlg:**
358 Conselheiro Raimundo Nonato de Araújo (MAPA) sugeriu que o grupo
359 constituído para revisão e atualização do regimento interno do CNlg
360 considerasse a possibilidade do CNlg de elaborar a política de emigração, já
361 que não existe uma política brasileira em relação aos nossos migrantes, os
362 brasileiros que vão para fora. O Conselho deveria tomar essa responsabilidade
363 para si, visando atender às necessidades básicas dos brasileiros que estão no
364 exterior. O Presidente do CNlg argumentou que essa é uma questão que vem

365 aparecendo sempre, em quase toda a reunião do Conselho. A problemática
366 dos brasileiros que têm migrado para o exterior, as suas necessidades, o apoio
367 que o Estado pode dar a esses brasileiros e, em cima disso a contribuição que
368 este Conselho pode ter em termos de política, de atendimento, enfim, de uma
369 atenção melhor, mais coordenada é fundamental. Os brasileiros não estão sem
370 atenção, porque o Ministério das Relações Exteriores tem uma rede consular e
371 tem feito um trabalho extraordinário. O apoio, entretanto, pode ser mais amplo
372 e outras áreas de governo podem ter isso como uma necessidade premente.
373 São 4 milhões de brasileiros que estão lá fora. Isso é mais que alguns estados
374 da federação. É um tema que precisa ser tratado com todo o carinho, com toda
375 a urgência que ele merece. Este Conselho vem sempre debatendo a
376 necessidade de estender nosso trabalho para as questões das migrações
377 como um todo. A pauta para a constituição de um GT para revisão do
378 regimento interno contempla essas preocupações do Conselho em estarmos
379 repensando as nossas competências e talvez termos um debate com todas as
380 áreas de governo para que possamos estender a nossa competência para a
381 questão das migrações. Para isso é preciso fazer uma revisão também na
382 composição do Conselho, porque outras áreas de governo devem ser
383 agregadas. Disse que o Conselho poderia ter uma participação maior da
384 sociedade civil, assim como outros Conselhos têm. É um debate que precisa
385 ser amadurecido. O Conselheiro Ralph observou que, em havendo revisão do
386 Regimento Interno e, também, revisão da Composição do Conselho Nacional
387 de Imigração, deveria ser agregado o Ministério da Previdência, uma vez que
388 um dos problemas fundamentais do trabalhador brasileiro no exterior é a sua
389 situação previdenciária. E sugeriu, ainda, que fosse elaborado programa de
390 conscientização, de ampla divulgação, alertando sobre os perigos da imigração
391 irregular. Conselheiro José Ribamar Dantas (CGTB) observou que era chegado
392 o momento de o Conselho propor ao Governo Brasileiro a realização de uma
393 anistia, objetivando a regularização de estrangeiros que estão em situação
394 irregular e, também, identificar esses indivíduos, colocando-os no universo real,
395 para que possam participar efetivamente da sociedade brasileira. Conselheiro
396 Raimundo Nonato Araújo (MAPA) afirmou estar preocupado com a questão do
397 migrante brasileiro e informou estar satisfeito com a ampla discussão a esse
398 respeito. Como está em tramitação a nova lei de emigração e de estrangeiros,
399 que se encontra paralisada, sugeriu que, se for possível, a Secretaria deveria
400 conseguir cópia desse projeto de lei e encaminhar aos Conselheiros para tomar
401 conhecimento do texto e fazer sugestões. O Presidente do CNlg sugeriu que
402 fosse feita uma solicitação à Conselheira representante do Ministério da Justiça
403 para que trouxesse informações ao CNlg sobre o andamento do Anteprojeto de
404 Lei do novo estatuto dos Estrangeiros e, se possível, pudesse nos encaminhar
405 uma versão atualizada para apresentação na próxima reunião. Após as
406 discussões, foi aprovada a solicitação à representante do MJ. Foi ainda
407 aprovada constituição do grupo de trabalho para reformulação do Regimento
408 Interno do CNlg, o qual será coordenado pelo Conselheiro Rinaldo Gonçalves
409 de Almeida (MTE) e composto pelos seguintes Conselheiros: Conselheiro
410 Nielsen de Paula Pires (ME), Adriana Giuntini (CNT), Christina Aires Correa
411 Lima (CNI), José Ribamar Dantas (CGTb), Raimundo Nonato de Araújo
412 (MAPA), Ralph Peter Henderson (MRE), Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT)

413 e Irmã Rosita (como observadora). **07. Proposta de constituição de GT para**
414 **estudos de viabilidade de edição da Resolução para tratar de autorização**
415 **de trabalho à atleta profissional, definido em lei, apresentada pelo**
416 **Coordenador do CNIg, Aldo Cândido Costa Filho:** Submetida ao Conselho,
417 a proposta de constituição de Grupo de Trabalho foi acatada, ficando o grupo
418 composto pelos seguintes Conselheiros: Raimundo Nonato Araújo (MAPA),
419 Izaura Maria Soares Miranda (MJ), José Ribamar Dantas (CGTb), Rinaldo
420 Gonçalves Almeida (MTE). A Coordenação do referido GT seria do Conselheiro
421 Miguel Salaberry Filho (SDS). **Processos a serem relatados: 01) Processo**
422 **n° 46000.001911/2007-30, Sini Ritta Johanna Ylasaari:** O Conselheiro relator,
423 Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), proferiu parecer favorável ao
424 deferimento do pedido, que foi aprovado pelos Conselheiros do CNIg. **02)**
425 **Processo n° 46000.018430/2006-82, Nuno Gonçalo G. dos Reis:** O
426 Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), propôs o
427 deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigência. Colocado
428 em apreciação, o parecer foi aprovado pelo Plenário do CNIg. **03) Processo n°**
429 **46000.002377/2007-89, Stephane Bernard R. Marcault:** Relato adiado para a
430 próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **04) Processo n°**
431 **46212.012639/2006-47, Victor Calunga:** Relato adiado para a próxima reunião
432 do Conselho Nacional de Imigração. **05) Processo n° 08508.009148/2206-12,**
433 **Holger Gerhard Riechert:** A Conselheira relatora, Izaura Maria Soares
434 Miranda (MJ), propôs exigência ao processo, sendo o seu parecer acolhido
435 pelos demais Conselheiros. **06) Processo n° 46000.001151/2007-61, Juan**
436 **Pietro Doblas:** A Conselheira relatora, Izaura Maria Soares Miranda (MJ),
437 propôs exigência ao processo, sendo o seu parecer acolhido pelos demais
438 Conselheiros. **07) Processo n° 08460.007552/2006-37, Fabrizia Presutto:** A
439 Conselheira relatora, Izaura Maria Soares Miranda (MJ), propôs exigência ao
440 processo, sendo o seu parecer acolhido pelos demais Conselheiros. **08)**
441 **Processo n° 46000.003836/2007-41, Earl Gilbert Watkins:** A Conselheira
442 relatora, Izaura Maria Soares Miranda (MJ), opinou pelo deferimento do pleito,
443 parecer esse que foi acatado pelo Plenário do CNIg. **09) Processo n°**
444 **46000.001941/2007-46, Sharon Lou See Tan:** O Conselheiro relator, Ralph
445 Peter Henderson (MRE), sugeriu o deferimento do pleito, condicionado ao
446 cumprimento de exigência. O parecer foi aprovado pelos Conselheiros do
447 CNIg. **10) Processo n° 08457.007719/2006-19, Manuel Meireles Gouveia:**
448 Conselheiro relator, Ralph Peter Henderson (MRE), opinou pelo indeferimento
449 do pedido, sendo o seu parecer acolhido pelos demais Conselheiros. **11)**
450 **Processo n° 46000.003838/2007-31, Luis Sérgio César Sanguinetti Diaz:**
451 Conselheiro relator, Ralph Peter Henderson (MRE), opinou pelo deferimento do
452 pleito, condicionado ao cumprimento de exigência. O parecer foi aprovado pelo
453 Plenário do CNIg. **12) Processo n° 46000.001429/2007-08, Isabelle Denise X.**
454 **M. H. Boggio:** Conselheiro relator, Ralph Peter Henderson (MRE), manifestou-
455 se favoravelmente ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado
456 pelos demais conselheiros. **13) Processo n° 46000.026188/2006-11, José**
457 **Manuel da Silva Batista:** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo
458 Costa (MAPA), sugeriu exigência aos autos, sendo o seu parecer acatado pelo
459 Plenário do CNIg. **14) Processo n° 46205.001048/2007-94, José Miguel dos**
460 **S. Próspero:** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa

461 (MAPA), sugeriu exigência, parecer esse que foi acolhido pelos demais
462 Conselheiros. **15) Processo nº 46000.002262/2007-94, Carlos Alberto Lopes**
463 **das Neves:** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA),
464 opinou pelo deferimento do pleito, parecer esse que foi acolhido pelos demais
465 Conselheiros. **16) Processo nº 46000.003974/2007-21, Frank Velasco:** O
466 Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA), sugeriu o
467 deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigência. O parecer
468 foi aprovado pelo Plenário do CNlg. **17) Processo nº 46204.000951/2006-97,**
469 **Diego Pasi:** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA),
470 opinou pelo indeferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais
471 Conselheiros. **18) Processo nº 46000.025940/2006-14, Ana Luisa M. Oliveira**
472 **Gonçalves:** Processo não relatado. **19) Processo nº 46000.028046/2006-98,**
473 **José Guido N. Del Prado Moran:** Processo não relatado. **20) Processo nº**
474 **46000.019407/2006-13, Werner Gottfried:** Processo não relatado. **21)**
475 **Processo nº 46000.025508/2006-15, Cosme José Llerna Roldan:** Processo
476 não relatado. **22) Processo nº 46000.025509/2006-60, Lissete Dominguez**
477 **Rojas:** Processo não relatado. **23) Processo nº 46000.026939/2006-07,**
478 **Giancarlo Pirazzoli:** Processo não relatado. **24) Processo nº**
479 **46000.020839/2006-69, Erwin Marcel Erkel e família:** Processo não relatado.
480 **25) Processo nº 46000.017287/2006-10, Stephen Henri Regnier:** Processo
481 não relatado. **26) Processo nº 46215.007134/2007-11, Moisés Ezequiel**
482 **Chissonde:** Processo não relatado. **27) Processo nº 47501.000157/2006-51,**
483 **Julian Roger de Lacy White:** A Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima
484 Amaral (MCT), opinou pelo deferimento do pedido, sendo o seu parecer
485 acatado pelos demais Conselheiros. **28) Processo nº 46000.015411/2006-02,**
486 **Rodrigo Nuno do C. Domingues:** A Conselheira relatora, Lídia Miranda de
487 Lima Amaral (MCT), opinou pelo deferimento do pedido, sendo o seu parecer
488 acatado pelos demais Conselheiros. **29) Processo nº 46219.053970/2006-57,**
489 **Angélica Cortez Cruz:** A Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral
490 (MCT), sugeriu o encaminhamento dos autos ao MJ. O parecer foi acatado
491 pelos demais Conselheiros. **30) Processo nº 46000.003881/2007-04, Daniel**
492 **Cassoma e filhos:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho. **31)**
493 **Processo nº 08502.004987/2005-13, Ana Paula Basto Leite Rodrigues:** O
494 Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR), sugeriu o deferimento do
495 pleito, condicionado ao cumprimento de exigência. O parecer foi acatado pelo
496 Plenário do CNlg. **32) Processo nº 46215.024575/2006-05, Maria Goreti**
497 **Moreira dos Santos:** O Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR),
498 sugeriu o deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
499 Conselheiros. **33) Processo nº 46000.025802/2006-27, Aurelie Christine**
500 **Celine Zettel:** O Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR), sugeriu o
501 deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
502 Conselheiros. **34) Processo nº 46000.029145/2006-97, Stephen Edward**
503 **Brophy:** O Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR), sugeriu o
504 deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
505 Conselheiros. **35) Processo nº 46000.003932/2007-90, Joel Sanchez**
506 **Orosco:** O Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR), sugeriu o
507 deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
508 Conselheiros. **36) Processo nº 08001.000492/2006-39, Margarida Antônio V.**

509 **Maciel:** Processo não relatado. **37) Processo nº 46000.002626/2007-36,**
510 **Elizabeth Anne Hernandez:** Processo não relatado. **38) Processo nº**
511 **46000.009916/2005-49, Elísio Joaquim Leitão:** O Conselheiro relator, Valdir
512 Vicente de Barros (CGT), opinou pelo indeferimento do pleito, sendo o seu
513 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **39) Processo nº**
514 **46000.021603/2006-40, Laura Mikaela Ferreira:** O Conselheiro relator, Valdir
515 Vicente de Barros (CGT), exarou parecer favorável ao deferimento do pleito,
516 sendo o seu parecer aprovado pelo Plenário do CNlg. **40) Processo nº**
517 **46211.001068/2007-14, Blanca Justina Muñoz V. de Troche:** O Conselheiro
518 relator, Valdir Vicente de Barros (CGT), exarou parecer favorável ao
519 deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelo Plenário do CNlg.
520 **41) Processo nº 46000.022135/2006-21, Neal Clare Semanison:** O
521 Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTb), opinou pelo indeferimento
522 do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **42)**
523 **Processo nº 46205.001580/2007-31, José Maria Graça Gomes Leitão:** O
524 Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTb), sugeriu o deferimento do
525 pleito, condicionado ao cumprimento de exigência, sendo o seu parecer
526 acatado pelos demais Conselheiros. **43) Processo nº 46000.003262/2007-10,**
527 **Sophie Marie Paule Gallouet:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas
528 (CGTb), sugeriu o deferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos
529 demais Conselheiros. **44) Processo nº 46000.026199/2006-09, Ulf-Gunnar**
530 **Switalki:** O Conselheiro relator, Danilo Nolasco Cortes Marinho (SDS), sugeriu
531 o deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigência, sendo o
532 seu parecer aprovado pelo Plenário do CNlg. **45) Processo nº**
533 **46000.020726/2006-63, Mickael Pierre-Antoine Gallard:** O Conselheiro
534 relator, Danilo Nolasco Cortes Marinho (SDS), sugeriu o deferimento do pleito,
535 sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **46) Processo nº**
536 **46000.029106/2006-90, Noelia Ramona P. Miranda:** O Conselheiro relator,
537 Danilo Nolasco Cortes Marinho (SDS), opinou pelo indeferimento do pedido,
538 parecer esse que foi aprovado pelos demais Conselheiras. **47) Processo nº**
539 **46000.023369/2006-95, Miguel Bosch Buxudera:** O Conselheiro relator,
540 Danilo Nolasco Cortes Marinho (SDS), opinou pelo deferimento do pedido,
541 parecer esse que foi aprovado pelos demais Conselheiras. **48) Processo nº**
542 **46205.001032/2007-10, Hugo Fernandez Borges:** A Conselheira relatora,
543 Christina Aires Corrêa Lima (CNI), sugeriu exigência aos autos, parecer que foi
544 aprovado pelo Plenário do CNlg. **49) Processo nº 46000.002266/2007-72,**
545 **Lennart Ake Olsson:** A Conselheira relatora, Christina Aires Corrêa Lima
546 (CNI), sugeriu exigência aos autos, parecer que foi aprovado pelo Plenário do
547 CNlg. **50) Processo nº 46215.027565/2006-13, Marchi Ivano:** A Conselheira
548 relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), opinou pelo deferimento do pleito,
549 sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **51) Processo nº**
550 **46000.004460/2007-92, Adilys Eloina Garcia:** A Conselheira relatora,
551 Christina Aires Corrêa Lima (CNI), sugeriu o deferimento do pedido, parecer
552 esse que foi aprovado pelo Plenário do CNlg. **52) Processo nº**
553 **46000.004073/2007-56, Sônia Kalin A. Ortega e família:** A Conselheira
554 relatora, Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto (CNC), sugeriu
555 exigência aos autos, contudo, o Plenário do CNlg decidiu pelo deferimento do
556 pleito. **53) Processo nº 46000.022277/2006-98, Marco Buoninsegni:** A

557 Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto (CNC),
558 sugeriu o deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais
559 Conselheiros. **54) Processo nº 46000.004072/2007-10, Lourdes Maria C.**
560 **Echeguren:** A Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do
561 Canto (CNC), sugeriu o deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado
562 pelos demais Conselheiros. **55) Processo nº 46000.004212/2007-41, Kevi**
563 **Ivers:** A Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto
564 (CNC), sugeriu exigência aos autos, sendo o seu parecer aprovado pelos
565 demais Conselheiros. **56) Processo nº 46205.001166/2007-22, Giuseppe**
566 **Franco Zenobi:** Processo não relatado. **57) Processo nº 46000.004214/2007-**
567 **31, Jonathan Spottswood:** Processo não relatado. **58) Processo nº**
568 **46000.025436/2006-14, Isabelle M. Beatrice D. de Birem:** Processo não
569 relatado. **59) Processo nº 46000.001438/2007-91, Kanako Yamada:** A
570 Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito,
571 parecer esse que foi aprovado pelos demais Conselheiros. **60) Processo nº**
572 **46000.003823/2007-72, Bertha Luisa Valera:** A Conselheira relatora, Adriana
573 Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito, parecer esse que foi
574 aprovado pelos demais Conselheiros. **61) Processo nº 46000.007090/2006-64,**
575 **José Rodrigues:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo
576 deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
577 Conselheiros. **62) Processo nº 47501.000114/2006-76, Yvan Joseph Tuxen**
578 **Ringkjob:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), sugeriu exigência
579 aos autos, parecer esse que foi aprovado pelos demais Conselheiros. **63)**
580 **Processo nº 46000.017287/2006-10, Stephen Henri:** Processo não relatado.
581 **64) Processo nº 46000.004920/2007, Luz Jenny Catana Henao:** Processo
582 não relatado. **65) Processo nº 46224.004104/2006-63, Luis Armando Ceste**
583 **da Costa:** Processo não relatado. **66) Processo nº 46000.027957/2006-06,**
584 **Joachim Herbert Steingrubner:** Processo não relatado. **67) Processo nº**
585 **46000.013776/2006-94, Nancy Aguilar Tamayo:** Processo não relatado. **68)**
586 **Processo nº 46000.028923/2006-21, Terry Sue Sadler:** O Conselheiro
587 relator, Roque Barros Laraia (SBPC), sugeriu o deferimento do pleito, parecer
588 esse que foi aprovado pelos demais Conselheiros. **69) Processo nº**
589 **46000.000703/2007-13, Denis Oliver Lamalle:** O Conselheiro relator, Roque
590 Barros Laraia (SBPC), opinou pelo indeferimento do pleito, parecer esse que foi
591 aprovado pelos demais Conselheiros. **70) Processo nº 08494.002382/2006-**
592 **15, Chiara Dal Moro:** O Conselheiro relator, Roque Barros Laraia (SBPC),
593 sugeriu o deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
594 Conselheiros. **71) Processo nº 46215.046849/2006-17, Gabriela Patrícia**
595 **Diaz Ordonez:** O Conselheiro relator, Roque Barros Laraia (SBPC), sugeriu o
596 deferimento do pleito, parecer esse que foi aprovado pelos demais
597 Conselheiros. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta,
598 a reunião foi encerrada.
599